DF CARF MF Fl. 287





13884.910855/2011-55 Processo no

Recurso Voluntário

1302-004.919 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária Acórdão nº

Sessão de 14 de outubro de 2020

MAYEKAWA DO BRASIL EOUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Recorrente

FAZENDA NACIONAL **Interessado**

> ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Ano-calendário: 2006

CSLL. COMPENSAÇÃO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA RECONHECIDA EM AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO. EXCLUSÃO DA MULTA MORATÓRIA. AFASTAMENTO DA COBRANÇA.

Por força de denúncia espontânea reconhecida em decisão judicial com trânsito em julgado, as multas moratórias imputadas pelo Fisco aos pagamentos realizados devem ser afastadas, com a extinção de sua cobrança e homologação da compensação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACÓRDÃO GER Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e da relatora.

> Assinado Digitalmente Luiz Tadeu Matosinho Machado - Presidente

> > Assinado Digitalmente Fabiana Okchstein Kelbert - Relatora

Participaram do presente julgamento os conselheiros Paulo Henrique Silva Figueiredo, Gustavo Guimarães da Fonseca, Ricardo Marozzi Gregório, Flávio Machado Vilhena Dias, Andréia Lúcia Machado Mourão, Cleucio Santos Nunes, Fabiana Okchstein Kelbert e Luiz Tadeu Matosinho Machado (Presidente).

Relatório

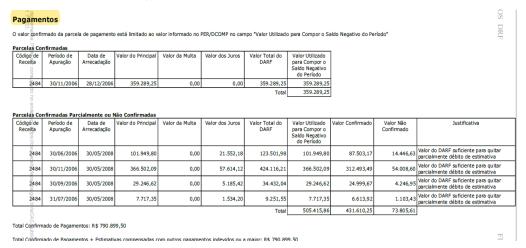
Trata-se de recurso voluntário interposto em face do acórdão nº 10-55.905 proferido pela 5ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS -DRJ/POA que julgou improcedente a manifestação de inconformidade e não reconheceu o direito creditório.

Na origem, tem-se pedidos de compensação com crédito relativo a saldo negativo de CSLL do ano-calendário 2006.

O despacho decisório às e-fls. 27-33 não homologou o PER/DCOMP 24395.84709.091208.1.7.03-1384 (e-fls.11-14) e homologou parcialmente o PER/DCOMP 30154.14793.091208.1.7.03-2006 (e-fls.15-18), como se infere:



Como se vê da análise do crédito à e-fl. 29, os pagamentos foram considerados insuficientes para quitar a totalidade dos débitos das estimativas de CSLL de junho, julho, setembro e novembro de 2006, como se observa:



Cumpre esclarecer que os pedidos de compensação decorrem de auditoria interna levada a efeito pela contribuinte, ora recorrente, por meio da qual se apurou valores de CSLL recolhidos a menor, com posterior pagamento suplementar integral acrescido de juros moratórios. A seguir, procedeu à retificação da DCTF e DIPJ.

Por entender que teria procedido de forma espontânea, os pagamentos realizados pela contribuinte contemplaram apenas o tributo devido e os juros de mora, e excluíram a multa moratória. Ao depois, propôs ação judicial para ver garantido o seu direito à exclusão da multa de mora face à denúncia espontânea, saindo-se vencedora.

Assim, no processo de crédito de nº 13884.721.922-2011-69 apensado a este processo administrativo, os valores das multas moratórias foram imputados no pagamento, o que levou à conclusão de insuficiência do crédito e gerou um saldo a recolher, conforme segue (e-fl. 123 do apenso):

Tais estimativas pagas foram recolhimentos com atraso sem o pagamento de multa com base no artigo 138 do CTN.

A RFB cobrou os valores das multas, tendo imputado no pagamento total **o valor dessas multas**, **ficando assim um saldo do principal a recolher**, tais valores estão controlados no Profisc, processo 16062.000414/2009-91- (e-fl.80) conforme segue: Estimativas:

Junho/2006 Cod 2484- Valor Débito R\$ 14.446,63 – tela fls(108) e fls 80

Julho/2006 Cod 2484 - Valor do Débito R\$ 1.103,43 - tela fls(109).e fls 80

Setembro/2009 Cod 2484 Valor do Débito R\$ 4.246,95 – tela fls (110) e fls 80

Novembro/2006 Cod 2484 Valor do Débito R\$ 54.008,60 – tela fls (107),e fls 80

Foram confirmados os valores imputados pelo sistema descontadas as multas devidas, conforme segue:

Junho/2006 Cod 2484- Valor R\$ 87.503,17 - tela fls(108)

Julho/2006 Cod 2484 - Valor R\$ 6.613,92 - tela fls(109).

Setembro/2009 Cod 2484 Valor R\$ 24.999,67 - tela fls (110)

Novembro/2006 Cod 2484 Valor a R\$ 312.493,49 – tela fls (107),

O contribuinte possui uma ação cautelar para pagamento dos valores das multas, conforme documentos (fls 76 a 106). Sentença a fls (111 a 113).

A contribuinte apresentou tempestivamente Manifestação de Inconformidade (e-fls. 34-49) acompanhada de farta documentação (e-fls. 51-219), na qual esclareceu que percebeu não ter recolhido/não ter recolhido integralmente a CSLL dos meses de junho, julho, setembro e novembro de 2006; que recolheu a diferença acrescida de juros e sem multa e retificou a DCTF e a DIPJ e que ingressou com ação judicial para afastar a multa em face da denúncia espontânea. A RFB, contudo, quando da homologação, imputou o valor das multas na constituição do crédito tributário devido pela contribuinte.

No mérito defende a exclusão da multa pela denúncia espontânea, cita jurisprudência do STJ e do CARF, o que pode ser aplicado ao caso concreto, uma vez que "Os valores declarados nas DCTFs originais foram integralmente quitados pela DEFENDENTE,

antes do vencimento. Todavia, por meio de auditoria interna, foi constatada inexatidões nos valores declarados, tendo assim procedido ao recolhimento das referidas diferenças acrescidas de juros moratórios, com as posteriores retificações da DCTF antes de qualquer procedimento fiscalizatório ou declaração de qualquer natureza."

Ao final, formula pedido onde "requer seja conhecido e provida a presente Manifestação de Inconformidade, para o reconhecimento total do crédito tributário oriundo do Saldo Negativo da CSLL do período de 2006 com a compensação total da dívida prevista nas Per/Dcomps n° 30154.14793.091208.1.7.03-2006 e 24395.84709.091208.1.7.03-1384 suspendendo a cobrança da multa e dos juros constante no Despacho Decisório n°0013531926, haja vista que o saldo do crédito remanescente no Processo de Crédito n° 13884-910.855/2011-55 é totalmente suficiente para compensar a totalidade do débito destas Per/Dcomps e por fim, a homologação total e definitiva das compensações."

Às e-fls. 181-219 acostou petição com certidão de trânsito em julgado da ação judicial que determinou a exclusão das multas moratórias, bem como as decisões ali proferidas.

O acórdão recorrido entendeu pela improcedência da manifestação de inconformidade, ao argumento de que a recorrente teria procedido à compensação antes do trânsito em julgado. Do voto transcrevo o seguinte trecho:

A contribuinte efetuou o recolhimento em 30/05/2008 das estimativas de CSLL de junho, julho, setembro e novembro de 2006 – sem a incidência de multa de mora – e utilizou tais pagamentos para compor o crédito que pretende utilizar no presente processo para compensações. Após, buscou guarida do judiciário para não sofrer a incidência de multa de mora, restando vencedora. A certidão de inteiro teor de fls. 209 confirma o trânsito em julgado de ação judicial com o fito de declarar indevida a multa moratória incidente sobre créditos tributários apurados a título e IRPJ e CSLL, fatos geradores de 2006. O trânsito em julgado aconteceu em 22/02/2013.

Temos, então, que a não incidência de multa de mora nos pagamentos espontâneos é coisa julgada, no caso concreto.

Ao teor da *certidão de inteiro teor* de fls. 209, expedida pela Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal de Guarulhos, *foi proferida sentença julgando o pedido a fim de declarar indevida a multa moratória aplicada à autora*. A ação não tratou e não fez coisa julgada no concernente à eventual direito de compensação.

(...)

A contribuinte somente poderia efetuar compensações após o direito creditório se tornar líquido e certo, o que ocorreu em 2013, com o trânsito em julgado judicial.

Frente à previsão do art. 170-A do CTN, não pode o julgador convalidar compensações apresentadas antes do trânsito em julgado.

Contra essa decisão, foi interposto o presente recurso voluntário (e-fls. 233-245), onde a recorrente afirmou que os créditos tributários utilizados na compensação "foram compostos dos recolhimentos de CSLL referentes às competências de junho/2006, julho/2006, setembro/2006 e novembro/2006 — acrescidos dos juros moratórios, mas sem a multa moratória — e dos créditos tributários retidos na fonte pelos tomadores de serviços da ora Recorrente."

Destacou que:

(...) não houve a homologação integral dos pedidos de compensação, por suposta insuficiência de créditos, vez que a autoridade administrativa insistiu na tese de que não seria aplicável a denúncia espontânea e que a multa moratória é exigida, sendo este o cerne da discussão, não sendo razoável, destarte, que o Eminente Relator inove a discussão para manter o despacho decisório, agora sob o novel entendimento de que foi aproveitado crédito objeto de discussão judicial, quando, na verdade, tal processo versou somente sobre a inexigibilidade da multa de mora, devendo, "ex positis", ser provido este apelo para reformar tal acórdão, homologando-se tais pedidos para extinguir os débitos respectivos. [Grifo nosso]

Ao final, pede a reforma do acórdão recorrido, bem como do despacho decisório, diante da inaplicabilidade do art. 170-A do CTN ao caso concreto, e pede seja reconhecido seu direito creditório para declarar extintas as obrigações tributárias.

É o relatório.

Voto

Conselheira Fabiana Okchstein Kelbert, Relatora.

Do conhecimento

O recorrente teve ciência do acórdão em 03/12/2015 (e-fls. 231-232), pelo Portal e-CAC e o protocolou o recurso voluntário em 04/1/2016 (e-fls. 284-286), dentro, portanto, do prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72, observada, assim sua tempestividade.

A matéria objeto do Recurso está contida na competência da 1ª Seção de Julgamento do CARF, conforme art. 2º, II e art. 7º do Anexo II do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343 de 9 de junho de 2015.

Desse modo, verificada a tempestividade e os demais requisitos de admissibilidade, conheço do recurso voluntário e passo a analisar o seu mérito.

Do mérito

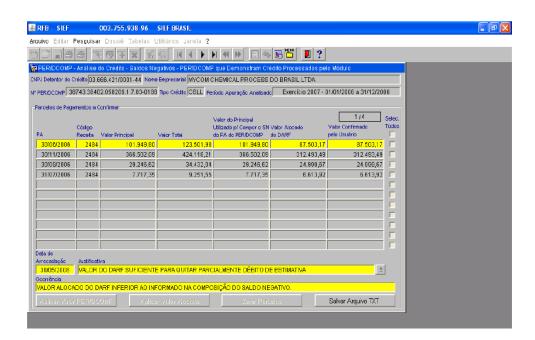
Conforme relatado, trata-se de compensação realizada com créditos oriundos de pagamentos de CSLL referentes às competências de junho/2006, julho/2006, setembro/2006 e novembro/2006, aos quais foram acrescidos juros moratórios, mas sem as multas moratórias.

Como se viu, as multas moratórias foram imputadas pelo fisco aos pagamentos realizados, de tal sorte que no lugar de extinguir por completo os débitos da recorrente, restou um saldo devedor, como se infere às e-fls. 80 e 123 do processo de crédito em apenso e da tela ora reproduzida:

SP SAO JOSE DOS CAMPOS DRF

Fl. 123

3) O Sistema solicita a confirmação dos pagamentos conforme tela SCC abaixo:



Com a notícia do trânsito em julgado da ação judicial que determinou o afastamento das multas moratórias dos pagamentos realizados pela recorrente, sedimentou-se que os valores pagos pela recorrente a título de CSLL dos períodos indicados, de fato não deveriam ser integrados pelas multas de mora.

Isso não obstante, a decisão recorrida entendeu que a hipótese vertente se tratava de compensação realizada antes do trânsito em julgado, e que se aplicaria ao caso concreto o art. 170-A do CTN, o qual dispõe que "É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial."

E com base nesse único argumento, decidiu o julgador a quo no sentido de que "A contribuinte somente poderia efetuar compensações após o direito creditório se tornar líquido e certo, o que ocorreu em 2013, com o trânsito em julgado judicial."

No ponto, entendo que assiste razão à recorrente quando afirma que o objeto da discussão judicial travada não se deu propriamente no que diz com o direito creditório, mas com o afastamento da multa de mora em face da denúncia espontânea, o que atinge diretamente o débito, e apenas indiretamente o crédito compensado.

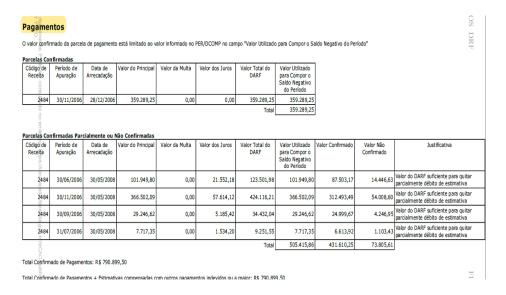
Desse modo, correto está o argumento da recorrente no sentido que os pagamentos realizados foram suficientes para a compensação pretendida, especialmente porque a alegada insuficiência dos créditos, de acordo com a RFB, decorria da imputação das multas moratórias ao total dos pagamentos.

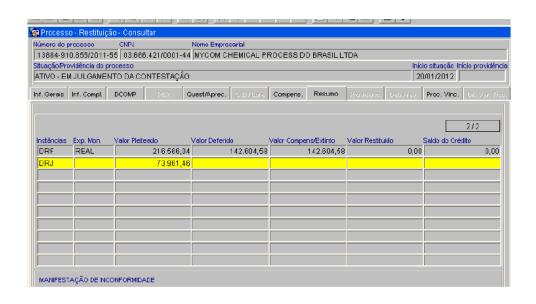
É o que se infere a partir da documentação acostada com a manifestação de inconformidade, especialmente as PER/DCOMP 30503.68323.300708.1.3.03-0566 original (e-fls. 117-124) e 30154.14793.091208.1.7.03-2006 retificadora (e-fls.125-129), DIPJ 2007 original (e-fls.140-147), DIPJ 2007 retificadora (e-fls. 148-157), e os documentos relativos à análise do Crédito (e-fls.160-166).

Os valores reconhecidos e os valores das multas moratórias podem ser resumidos no seguinte quadro:

Competências	Valor confirmado	Valor da multa
jun/06	R\$ 87.503,17	R\$ 14.446,63
jul/06	R\$ 6.613,92	R\$ 1.103,43
set/06	R\$ 24.999,67	R\$ 4.246,95
nov/06	R\$ 312.493,49	R\$ 54.008,60
Total	R\$ 431.610,25	R\$ 73.805,61

Os valores acima resumidos estão de acordo com a análise do crédito à e-fl. 29 e com as informações constantes às e-fls. 176-177, como se infere:





Assim, se a decisão judicial transitada em julgado acolheu a denúncia espontânea, as multas moratórias devem ser afastadas, bem como a sua cobrança.

Diga-se, ademais, que o entendimento firmado na decisão judicial que beneficiou a recorrente foi sedimentado no âmbito do STJ por meio do tema 385, de aplicação obrigatória no CARF¹, ocasião em que foi fixada a seguinte tese:



Desse modo, ainda que a recorrente não dispusesse de provimento judicial em seu favor, o CARF estaria obrigado a reconhecer a ocorrência da denúncia espontânea diante das circunstâncias do caso concreto, em que houve pagamento integral do tributo e retificação das declarações antes de qualquer procedimento da administração tributária.

Dessa forma, voto pelo provimento do presente recurso, para reconhecer o crédito integral sem a incidência da multa de mora, com a consequente homologação da compensação pretendida e a extinção da cobrança dos valores relativos às multas moratórias.

Documento nato-digital

¹ Art. 62, §2°, do Anexo II do RICARF.

Fl. 295

Conclusão

Diante do exposto, conheço do recurso voluntário, e, no mérito DOU PROVIMENTO.

Assinado Digitalmente FABIANA OKCHSTEIN KELBERT